

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Pernambuco

Class.: 14

Data: 21/03/80

Pg.: _____

Sucursal/SK: _____

Em choque de 190 novo índios e posseiros

Voltou a agravar-se o problema entre posseiros e índios Pankararus, no município de Petrolândia, sendo tal a gravidade da situação que a Funai recorreu, ontem, à Justiça Federal, a fim de garantir a integridade física dos indígenas. Uma Ação Cautelar de Atentado deu entrada, ontem, na 2ª Vara Federal através da Funai visando fazer retornar imediatamente às suas casas e roças os índios Pankararus, expulsos pelos posseiros.

O ambiente de tensão que existia diminuiu com a presença da Polícia Federal na área, evitando que os posseiros recorressem à força das armas para expulsão dos indígenas. Todavia, com a retirada dos policiais, os Pankararus voltaram a ser hostilizados ostensivamente pelos posseiros, que ameaçam usar novamente a força para expulsar as famílias restantes que ainda ocupam partes das terras. Os índios pretendem reagir tornando explosiva a situação.

Ao historiar a situação no longo arrazoado ante a Justiça Federal, a Fundação Nacional do Índio — Funai esclarece ao juiz que “conforme é do conhecimento de V. Exa, tramita nessa Vara Federal uma ação de reintegração de posse em que são partes, como autora, a Fundação Nacional do Índio e, como réus, José Gomes Maurício, sua mulher e outros, feito que teve início no ano de 1969, sem que até o momento tenha sido julgado. A mencionada ação possessória reporta-se às áreas de Caldeirão, Caxiado, Marreca e Bem-querer, em cujas terras, não obstante o esbulho, permaneciam os requerentes, mantendo residências e lavouras de subsistência.

— Acontece, prossegue a Funai, que no dia 4 de março corrente, os réus acompanhados de mais de 100 pessoas, impossível de serem identificadas em sua totalidade, usando de violência e ameaças, fortemente armados, destruíram cerca de 13 marcos de concreto que identificavam os limites da área indígena desde 1940, expulsando os índios de suas casas, impedindo-os de retornar ou mesmo de trabalhar nas roças.

Não satisfeitos com os delitos praticados, os réus e seus seguidores prometeram voltar nos próximos dias para expulsar famílias indígenas do local denominado “Marreca”, pondo sob forte tensão toda a comunidade indígena, temendo-se um conflito de proporções gravíssimas e imprevisíveis.

“Incontestavelmente, os réus, num verdadeiro desrespeito a esse juízo, praticaram inovação ilegal no estado de fato, e, conseqüentemente atentado de que fala o art. 879, III, da Lei Adjetiva processual civil, eis que, ao expulsar os índios de suas casas e, de suas lavouras, onde há anos vinham residindo e trabalhando, modificaram o estado anterior da lide.

“Tais atos de barbárie e selvageria” — enfatiza a Funai — “perpetrados pelos “civilizados”, em plena luz do dia, foram assistidos por poucos indígenas e servidores desta Fundação, que se sentiram importantes para rechegar o “atentado”, vez que o “assalto” ocorreu de surpresa.

“Ante o exposto”. — concluiu a Funai — “Face à necessidade de se restabelecer a situação anterior, e prevenir contra a próxima investida, já prometida para os próximos dias, pelos réus, e tendo em vista a imperiosa necessidade de evitar maiores danos para a comunidade indígena, com risco de vida para a família Pankararu e talvez para os não índios, requer, a V. Exa. seja concedida liminarmente, medida cautelar para fazer retornar imediatamente às suas casas e roças os requerentes, com amparo no art. 804, do CPC, bem como a reconstituição dos marcos.

A Ação Cautelar de Atentado foi impetrada na Justiça Federal pela Funai em defesa dos índios João Manoel dos Santos, Mariano Antônio de Souza, Denésio Antônio dos Santos, Pedro Jerônimo Torres, João Manoel do Nascimento, Pedro dos Santos, Antônio dos Santos, Antônio Manoel dos Santos, Cícero Antônio dos Santos, e Manoel Antônio de Souza, todos casados, com famílias numerosas e residentes nos sítios Caldeirão e Bemquerer.